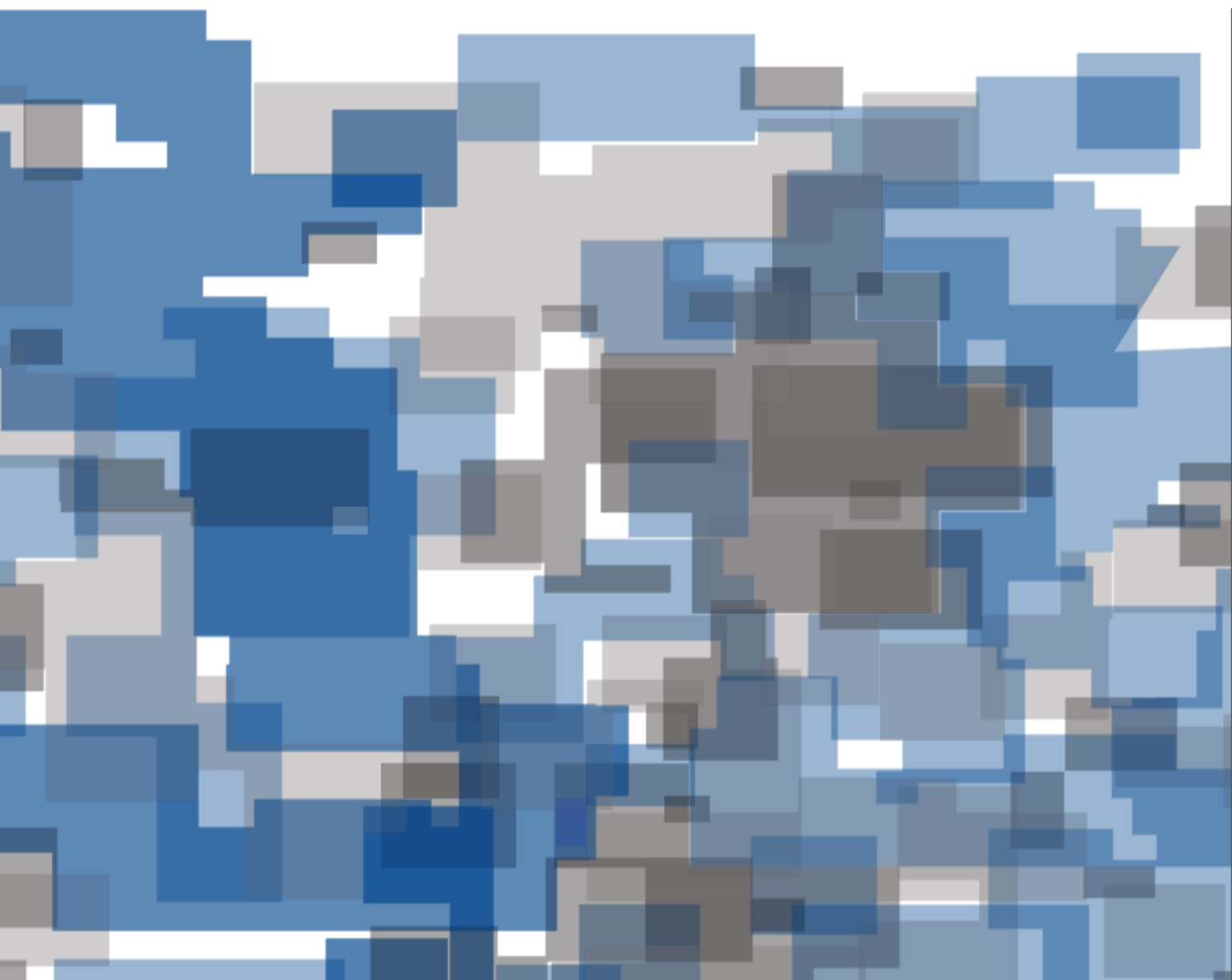


## **Execução Orçamentária dos Estados e do Distrito Federal (DF): Primeiro Semestre 2022**



## **Execução Orçamentária dos Estados e do Distrito Federal (DF): Primeiro Semestre 2022**

**Finanças estaduais no primeiro semestre de 2022: alta dos investimentos e dos gastos sociais, cenário de incertezas com mudanças do ICMS e pressões salariais**

**Ursula Dias Peres e Fábio Pereira dos Santos**

### **Sumário Executivo**

- Aumento das receitas dos estados: a Receita Corrente Líquida (RCL) aumentou 10,6% acima da inflação, especialmente em função do crescimento do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e de Outras Transferências Correntes;
- Enquanto os investimentos cresceram de forma expressiva passando de 1,9% das despesas em 2019 para 6,5% em 2022, as despesas de pessoal caíram de 55,2% para 51,4% do total das despesas no mesmo período;
- O saldo de caixa dos estados e do DF continua aumentando: R\$ 191,4 bilhões em maio de 2022;
- Aumento real expressivo das despesas com educação, saúde e assistência social, estabilidade nas despesas previdenciárias e de segurança pública;
- Alterações recentes no ICMS colocam em dúvida a sustentabilidade do processo de crescimento das receitas estaduais e dos investimentos;
- Insuficiência dos investimentos ao considerarmos a proporção da receita total e as necessidades de infraestrutura e equipamentos sociais.

## 1) Introdução

A análise do comportamento das receitas e despesas dos estados e do DF é relevante para compreensão da disponibilidade de recursos para ofertar políticas públicas nas várias áreas em que atuam os estados, para identificar a origem desses recursos a partir das escolhas tributárias que são implementadas pelos governos e para entender sua alocação e escolha prioritária de políticas a financiar.

No presente relatório analisamos a execução orçamentária dos estados e DF<sup>1</sup> no 1º semestre de 2022 com foco na variação de suas receitas correntes líquidas (RCL), com destaque para a arrecadação do ICMS, principal imposto estadual e objeto de recente disputa política e judicial com o governo federal, e para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) que tem a finalidade de equilibrar capacidade de financiamento entre estados de maior e menor capacidade tributária própria.

Nessa análise destacamos o aumento relevante do ICMS em relação ao 1º semestre de 2021 (5% em termos reais) e ao 1º semestre de 2019 (16,9%), mostrando recuperação após anos de crise econômica e pandemia. Já o FPE cresceu de forma ainda mais significativa neste semestre em relação a 2021 (13,9%) e em relação a 2019 (25,7%), decorrência do crescimento do principal imposto que compõe esse fundo (o Imposto de Renda arrecadado pelo governo federal).

Em relação às despesas foram analisadas as despesas por grupo de natureza da despesa (GND), com destaque para o crescimento dos investimentos, que chegaram a 6,5% das despesas dos estados no primeiro semestre de 2022 ante 1,9% em 2019, enquanto as despesas com pessoal e encargos sociais caíram de 55,2% em 2019 para 51,4% em 2022.

Foram também analisadas as despesas dos estados por funções de governo, onde destaca-se o aumento expressivo das despesas mais associadas aos investimentos, como urbanismo, saneamento, habitação e transporte, além das despesas com educação, saúde e assistência social, núcleo das políticas sociais. As funções previdência social e segurança pública chamaram a atenção por sua relativa estagnação em termos de gastos reais desde 2019, e queda real em várias UFs.

A situação fiscal dos estados e do DF no 1º semestre de 2022 revela-se positiva e favorável à execução de políticas públicas, inclusive porque o saldo de caixa dos estados segue crescendo neste ano. Porém, é necessário lembrar que há um déficit acumulado no atendimento da população em

---

1 Metodologia/Fonte dos dados: Os dados utilizados neste relatório têm como fonte os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO disponibilizados no Sistema de Contabilidade e Finanças da Secretaria do Tesouro Nacional -Siconfi/STN. Foram utilizados os Anexos 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; 2 – Demonstrativo das receitas por função/subfunção e 1 – Balanço orçamentário. Estados/DF, sempre o 3º bimestre de cada ano. Os dados utilizados são da receita realizada e despesa liquidada em cada período e foram atualizados pelo IPCA para valores de junho de 2022.

várias políticas. De educação, por exemplo, com serviços que regrediram durante a pandemia, à infraestrutura de

saneamento e habitação, há anos sem investimentos suficientes e pressionadas pela pobreza crescente.

Além disso, a mudança recente nas alíquotas do ICMS deve produzir alterações na arrecadação desse imposto a partir do segundo semestre de 2022, com previsão incerta de compensação de perdas pela União. O cenário político e macroeconômico torna difícil prever a sustentabilidade futura desse quadro favorável do 1º semestre de 2022.

## **2) Receitas**

A Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados e do Distrito Federal (DF) no 1º semestre de 2022 mostra um crescimento real de 10,6% em relação ao mesmo semestre de 2021 e de 21,6% em comparação a 2019.

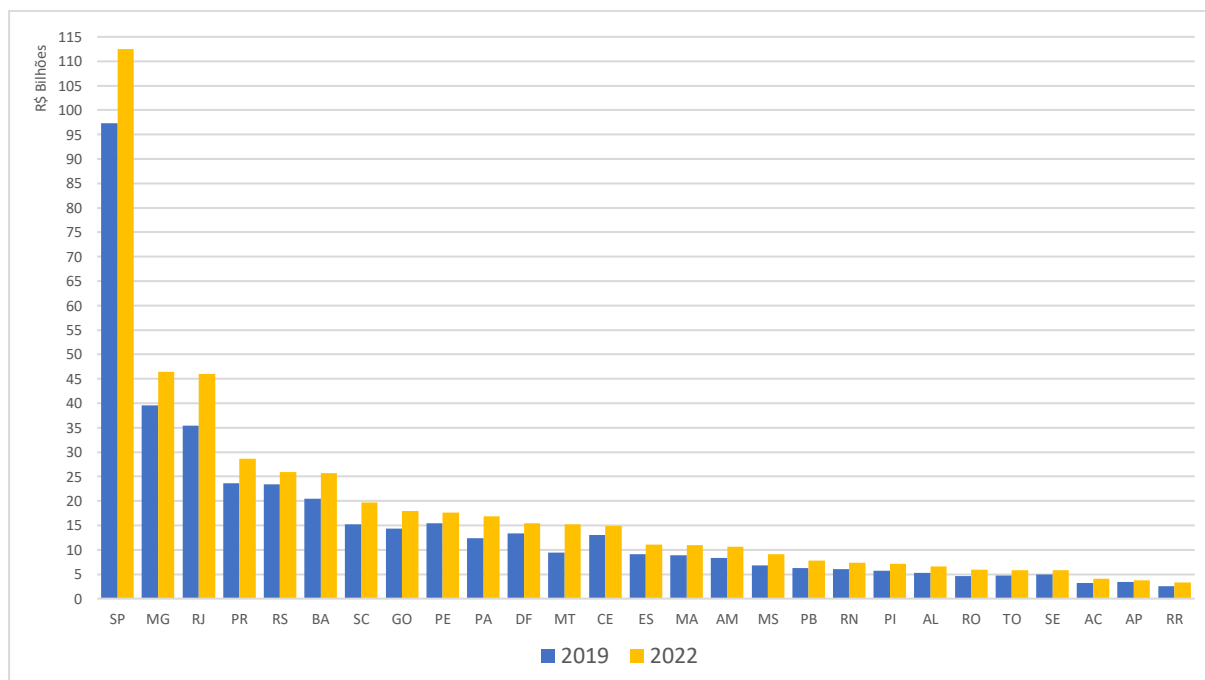
**Tabela 1 – Variação da Receita Corrente Líquida dos estados e do DF - Primeiro semestre 2019/2022**

UF	2019	2020	2021	2022	Var % 22/19	Var % 22/21
SP	97.330.385.202	92.813.300.877	101.311.934.083	112.511.690.065	15,6%	11,1%
MG	39.588.154.664	40.127.941.424	42.929.576.996	46.466.246.518	17,4%	8,2%
RJ	35.408.161.490	33.949.853.360	37.654.208.253	46.040.622.480	30,0%	22,3%
PR	23.635.647.427	23.045.341.585	25.013.103.586	28.601.330.542	21,0%	14,3%
RS	23.359.945.819	23.212.473.698	28.332.602.234	25.919.296.008	11,0%	-8,5%
BA	20.428.686.182	21.051.658.355	25.323.940.751	25.684.261.660	25,7%	1,4%
SC	15.177.604.183	14.800.518.524	16.666.227.529	19.641.549.074	29,4%	17,9%
GO	14.324.535.758	14.093.256.306	16.297.839.555	17.918.515.828	25,1%	9,9%
PE	15.428.886.132	15.502.994.786	16.681.188.343	17.615.532.343	14,2%	5,6%
PA	12.335.211.043	13.617.716.228	14.171.912.293	16.855.869.337	36,6%	18,9%
DF	13.303.535.458	14.686.120.565	14.878.639.134	15.420.174.762	15,9%	3,6%
MT	9.450.958.786	11.298.738.836	12.421.619.853	15.168.579.488	60,5%	22,1%
CE	13.005.057.149	12.259.588.969	13.320.149.309	14.841.673.999	14,1%	11,4%
ES	9.095.049.331	8.801.611.489	9.549.602.587	11.069.744.119	21,7%	15,9%
MA	8.866.206.089	9.142.445.407	9.823.902.887	10.956.540.992	23,6%	11,5%
AM	8.354.262.689	9.098.798.461	9.859.256.571	10.606.806.862	27,0%	7,6%
MS	6.817.191.328	7.696.165.665	8.328.722.934	9.068.737.365	33,0%	8,9%
PB	6.276.117.220	6.286.893.466	7.057.323.007	7.812.966.120	24,5%	10,7%
RN	6.050.069.292	5.803.275.362	6.477.517.729	7.314.640.739	20,9%	12,9%
PI	5.708.243.683	5.690.780.201	6.232.796.180	7.075.550.086	24,0%	13,5%
AL	5.288.184.946	5.315.567.410	5.830.077.936	6.631.054.826	25,4%	13,7%
RO	4.584.297.379	4.838.734.489	5.125.615.774	5.911.442.211	28,9%	15,3%
TO	4.739.650.026	5.002.515.958	5.257.105.527	5.858.825.998	23,6%	11,4%
SE	4.920.016.009	4.907.812.032	5.252.788.504	5.804.371.720	18,0%	10,5%
AC	3.239.470.745	3.298.382.096	3.610.859.474	4.019.418.542	24,1%	11,3%
AP	3.451.983.835	3.303.275.990	3.479.234.700	3.713.103.918	7,6%	6,7%
RR	2.556.188.278	2.443.450.901	3.016.339.193	3.358.427.065	31,4%	11,3%
Total	412.723.702.161	412.089.214.461	453.904.086.943	501.886.974.688	21,6%	10,6%

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

O crescimento das receitas vem se mostrando consistente desde o primeiro semestre de 2021, após queda em 2020, primeiro ano da pandemia. O gráfico 1 a seguir mostra essa variação.

## Gráfico 1 – Receita Corrente Líquida dos estados e do DF Primeiro semestre de 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

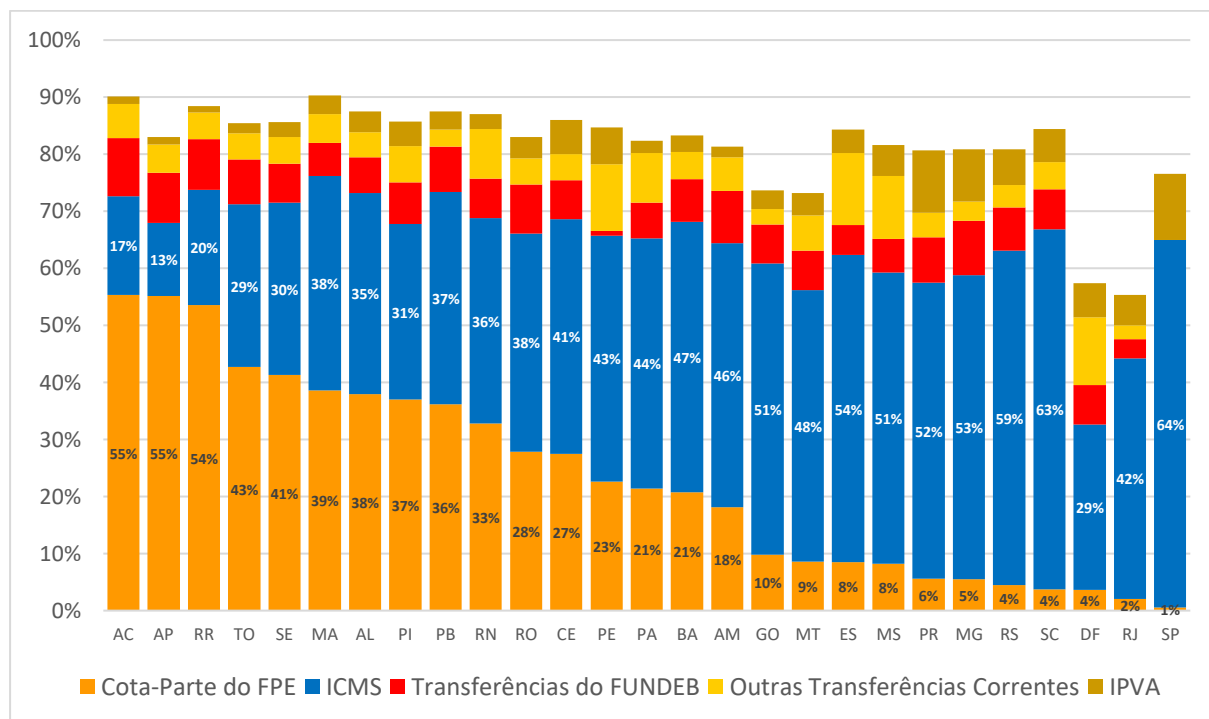
A variação positiva das receitas se deu em todas as unidades da federação (UFs). A maioria dos estados teve crescimento de RCL superior a 20% entre 2022 e 2019, com destaque para MT (60,5%) e PA, MS, RR e RJ, que tiveram aumento real superior a 30% nesse período. Quando comparada à RCL do primeiro semestre de 2021 o crescimento agregado da RCL das UFs no primeiro semestre de 2022 foi de 10,6%, com destaque para MT e RJ, com variação superior a 20% e para o RS, com queda de 8,5%.

A RCL dos estados no período reflete a variação positiva do ICMS, da cota parte do FPE e das Outras Transferências Correntes, como já apontado em boletins anteriores da Rede de Pesquisa Solidária – [fevereiro de 2022](#) e [outubro de 2021](#).

É importante destacar que o ICMS e o FPE são as principais receitas dos estados brasileiros e por isso as variações nessas duas receitas tendem a alterar de forma importante o total da RCL e conseqüentemente a disponibilidade de recursos dos estados.

O gráfico 2 a seguir mostra a composição das receitas dos estados e DF neste ano de 2022 e fica bastante evidente essa relevância.

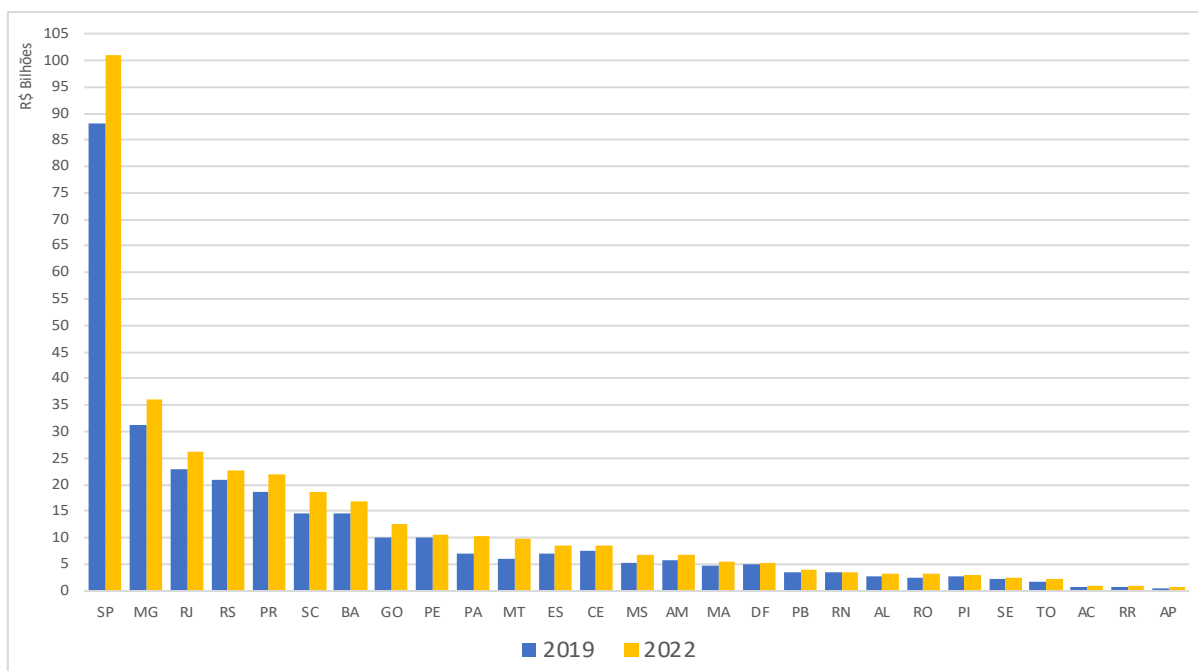
## Gráfico 2 – Participação dos principais impostos e transferências na receita corrente dos estados e do DF Primeiro semestre de 2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

Enquanto para alguns estados do Norte e Nordeste o FPE é a principal receita para a maioria dos estados e DF o ICMS é a principal receita. O gráfico 3 mostra a variação do ICMS dos estados e DF. O aumento médio do ICMS em relação ao mesmo período de 2021 no 1º semestre de 2022 foi de 5% acima da inflação, e estados como ES, MT, PA e SC tiveram aumentos de mais de 10% nesse período. Seis estados tiveram queda real de arrecadação de ICMS quando comparados ao mesmo período de 2021.

### Gráfico 3 – Receita de ICMS dos estados e do DF Primeiro semestre de 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

Se considerarmos a variação do ICMS entre o 1º semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2019 o crescimento foi de 16,9%, totalizando uma receita de R\$ 351 bilhões.

É importante lembrar, contudo, que em 2019 a arrecadação dos estados ainda estava se recuperando da crise econômica vivida entre 2015/2017 e seu patamar de receitas não havia retomado a total potencialidade. Dessa maneira, ainda que seja importante destacar essa importante variação do ICMS, é necessário ressaltar que a base de comparação estava fragilizada pela crise dos anos anteriores.

Além disso, é importante chamar a atenção para as modificações da conjuntura e para as mudanças estruturais que se avizinham. O crescimento do ICMS em 2021 e 2022 recebeu impulso da retomada da economia com a redução dos casos de Covid-19. Por outro lado, a elevação significativa do preço dos combustíveis e energia elétrica em 2021 e 2022, principais itens sobre os quais incide o imposto, foi decisiva para o aumento da arrecadação de ICMS.

Esse cenário deve mudar, no entanto, a partir deste segundo semestre de 2022, com a vigência da Lei Complementar 194/2022, que resultou em redução da alíquota do ICMS de combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte e deve provocar perda anual de arrecadação para as UFs estimada entre 60 e 80 bilhões, conforme dados do Confaz.

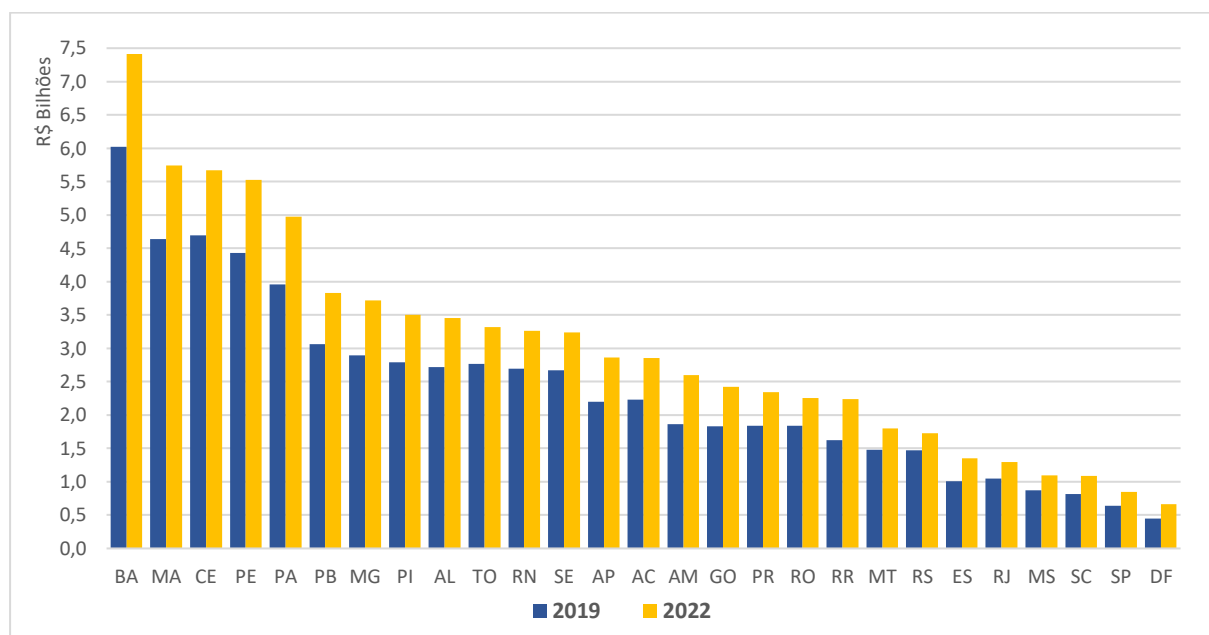
Ainda que seja possível e provável a compensação da União aos estados pela perda de arrecadação, [com liminares do STF já concedidas](#)



beneficiando Alagoas, Maranhão, São Paulo e Piauí, essa compensação deve se restringir ao ano de 2022. Assim, a partir de 2023 essa mudança vai redefinir o patamar de receitas dos estados e do DF, e conseqüentemente, também dos municípios. E como o ICMS é o principal motor da arrecadação dos estados, mudanças nessa receita têm impacto muito relevante nos orçamentos estaduais.

Outros dois componentes importantes da RCL das UFs tiveram variação até maior que a do ICMS no período analisado. As receitas em termos reais com a cota parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) cresceram 25,7% entre os primeiros semestres de 2019 e 2022 (13,9% em relação a 2021) e as receitas com Outras Transferências Correntes foram 60,8% superiores em 2022 em relação a 2019 e 30,2% superiores a 2021.

#### Gráfico 4 – Fundo de Participação dos Estados Primeiro semestre de 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

O gráfico 4 mostra que todos os estados tiveram aumento na arrecadação do FPE entre 2022 e 2019. Esse aumento foi puxado pela melhora na arrecadação do Imposto de Renda arrecadado pelo governo federal. Em 2021 e 2022 houve uma aceleração dessa arrecadação, impulsionada por diferentes fatores como certa melhora da economia e inflação, associada a não atualização das faixas de tributação do IR. Como o IR é um dos componentes principais do FPE, essa arrecadação foi aumentada nesse período.

A análise das receitas mostra um cenário fiscal positivo aos estados nesse 1º semestre de 2022 com aumento de arrecadação de impostos e transferências, situação muito distinta daquela enfrentada pelos governadores há quatro anos.

Vejamos a seguir a execução das despesas nesse período.

### 3) Análise das Despesas

O nível de empenho e liquidação de despesas também cresceu no 1º semestre de 2022. Esse aumento não se deu de forma homogênea entre as unidades da federação e nem entre as diferentes naturezas de despesas e as funções de gasto dos estados. Analisamos a seguir o comportamento das despesas estaduais por categoria econômica e por funções, com destaque para as mais relevantes.

#### Despesas por Categoria Econômica

As principais alterações na execução orçamentária por Grupo de Natureza da Despesa (GND) do primeiro semestre entre os anos de 2019 e 2022 foram a redução do peso da despesa de pessoal no período e o incremento dos investimentos.

**Tabela 2 – Despesas dos estados e DF, por GND  
Primeiro semestre 2019/2022**

Grupo de despesa	R\$ bilhões						Participação na despesa total 2022	Variação 2022/2019
	2019	Participação na despesa total 2019	2020	2021	2022	Participação na despesa total 2019		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INVERSÕES FINANCEIRAS	12,43	2,7%	11,99	15,46	14,31	3,0%	15,1%	
INVESTIMENTOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3,01	0,7%	3,54	3,94	3,23	0,7%	7,4%	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8,64	1,9%	11,58	11,75	31,43	6,5%	263,8%	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14,91	3,2%	11,10	14,71	14,91	3,1%	0,0%	
	167,60	36,3%	157,58	170,93	170,98	35,3%	2,0%	
	254,71	55,2%	254,98	241,56	248,89	51,4%	-2,3%	
<b>Total Geral</b>	<b>461,31</b>		<b>450,76</b>	<b>458,34</b>	<b>483,76</b>		<b>4,9%</b>	

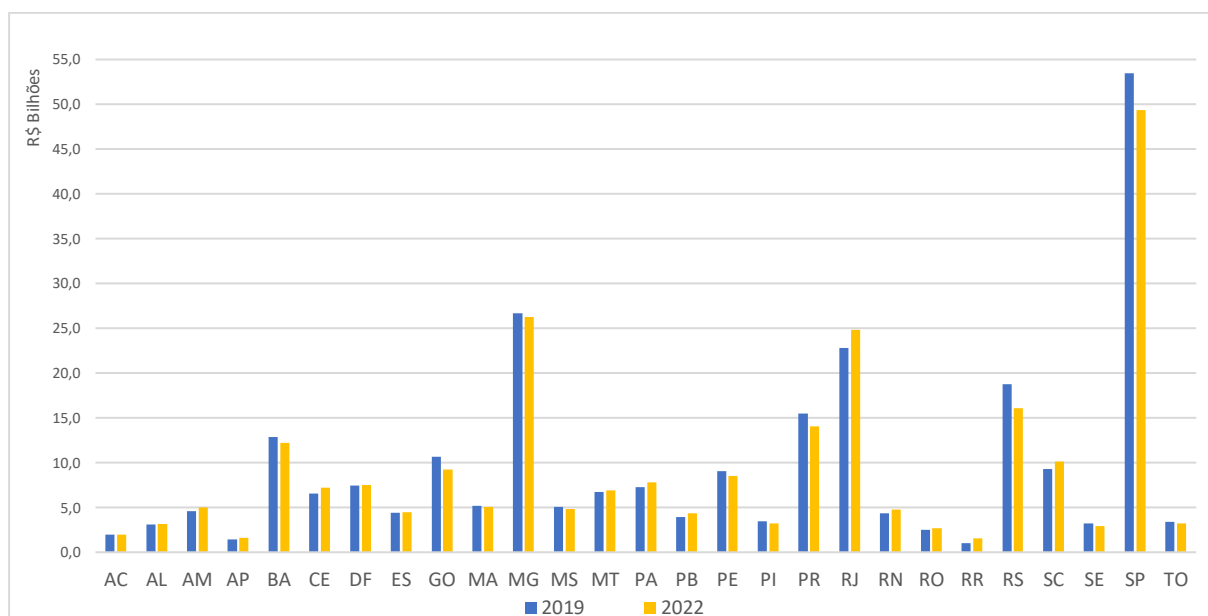
Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

As despesas de pessoal e encargos sociais, grupo de maior importância no gasto público, representaram 51,45% do total de despesas das UFs. As áreas de educação, segurança pública e saúde, atuação constitucionalmente obrigatória para os estados, demandam quantidade significativa de pessoal, ainda que parte das exigências de recursos humanos venham sendo cobertas, nas últimas décadas, por contratos de serviços de terceiros, bastante comuns na área da saúde na maioria dos estados. Isso ajuda a explicar a importância do grupo outras despesas correntes, no qual estão os contratos de serviços. Esse grupo representou 35,34% das despesas dos estados em 2022.

Ao analisarmos a variação de pessoal entre o primeiro semestre de 2002 e o mesmo período de 2019 constatamos que essa despesa teve

redução em termos absolutos e relativos. O total da despesa de pessoal entre os primeiros semestres de 2019 e 2022 foi reduzido em termos reais em 2,3%. E o peso dessa despesa foi reduzido de 55,2% em 2019 para 51,4% em 2022. O gráfico 5 a seguir destaca a redução nas despesas de pessoal em vários estados: BA, GO, MG, MS, PE, PI, PR, RS, SE, SP e TO. Ressalte-se ainda que outros estados apresentam estagnação das despesas de pessoal nesse período, como AC, AL, DF, ES, MA, MT. Por fim, AM, AP, CE, PA, PB, RJ, RN, RO, RR, SC apresentaram algum aumento.

**Gráfico 5 – Despesas dos estados e do DF com pessoal e encargos Primeiro semestre 2019/2022**

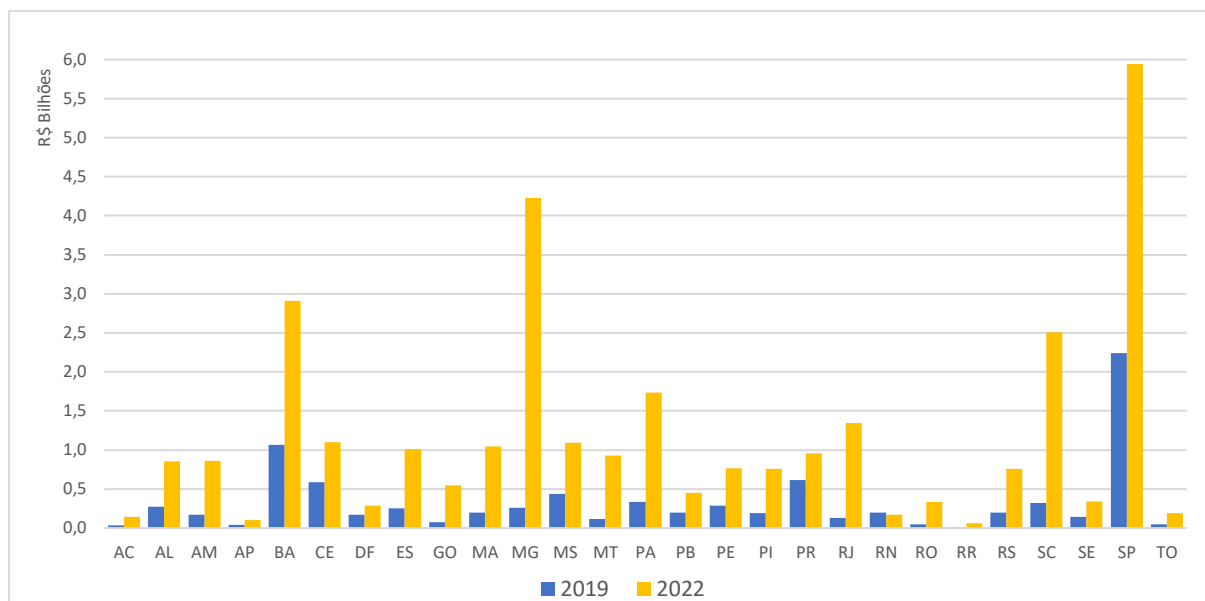


Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

Essa redução se deu por dois motivos principais: o congelamento de reajustes e alterações salariais para todo o setor público durante a pandemia, previsto pela Lei Complementar 173/2020 e a aceleração inflacionária nos últimos dois anos, ainda não reposta aos salários na maior parte dos casos.

Por outro lado, nesse período a despesa com investimentos teve aumento em termos absolutos e relativos. Comparando os mesmos períodos de 2019 e 2022 os investimentos quase quadruplicaram. E passaram a representar 6,5% do total das despesas, ante 1,87% em 2019. O gráfico 6 mostra como essa alteração de patamar de investimentos se deu em cada estado nesse período.

### Gráfico 6 – Despesas dos estados e DF com investimentos Primeiro semestre 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

É importante lembrar novamente aqui que a base de comparação é um ano de pouco investimento no 1º semestre. Se considerarmos o aumento nas receitas dos estados, o déficit acumulado em infraestrutura e em equipamentos sociais e os saldos de caixa acumulados em 2021, esse volume de investimentos poderia/deveria ser ainda superior.

Outro fator que deve ser considerado no cenário favorável aos investimentos dos estados é o saldo de caixa acumulado no período. A posição comparativa dos primeiros meses de cada ano entre 2019 e 2022, apresentada na tabela 3, demonstra que essa disponibilidade de recursos vem crescendo de forma muito significativa.

**Tabela 3 – Disponibilidade de caixa dos estados e do DF  
(R\$ bilhões, posição de 31 de maio)**

2019	2020	2021	2022	Variação 2022/2019
49,1	42,1	99,9	191,4	389,9%

Fonte: Banco Central do Brasil

([https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/Facdetp.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Facdetp.xls))

Certamente, o recorde (inesperado) de arrecadação de ICMS em 2021 e as dificuldades de execução orçamentária por conta da pandemia contribuíram para essa situação que permite uma folga fiscal neste momento.

#### **4) Despesas dos estados por funções**

Ao analisarmos as despesas por funções dos estados é possível perceber que houve priorização de algumas áreas frente a outras neste primeiro semestre. Essa priorização é tanto fruto do aumento de arrecadação, que obriga por exemplo o gasto em áreas sociais como educação e saúde por terem recursos de impostos vinculados constitucionalmente, como fruto da discricionariedade política para a alocação tanto da arrecadação corrente como do saldo de recursos dos anos anteriores.

A tabela 4 mostra um cenário de mudanças importantes nas despesas dos últimos anos. Houve entre 2019 e 2022 uma redução do peso da previdência e dos encargos gerais (dívidas, precatórios e outros) que juntamente com o aumento da arrecadação abriram espaço para gastos com investimentos, em áreas de infraestrutura e despesas sociais. Outras quatro áreas que são intensivas em pessoal também são destaques de redução de sua participação no total executado nesse período: as funções judiciárias, essencial à justiça, legislativa e segurança pública. Comentamos algumas áreas especificamente a seguir.

**Tabela 4 – Despesas dos estados e do DF por funções  
Primeiro semestre 2019/2022**

Função	2019	2020	2021	2022	Variã o 2022/ 2019	Partici pação na despes a total 2019	Partici pação na despes a total 2022
Previdência Social	99.490.395.173	104.835.577.281	97.541.243.613	100.365.772.294	0,9%	24,1%	22,9%
Educação	61.779.647.274	57.819.564.456	57.225.346.724	71.494.643.856	15,7%	15,0%	16,3%
Saúde	52.420.687.966	60.905.226.774	61.159.956.550	61.599.127.903	17,5%	12,7%	14,0%
Segurança Pública	46.367.007.360	45.970.360.767	44.434.927.231	46.631.992.472	0,6%	11,2%	10,6%
Encargos Especiais*	57.580.981.112	46.787.447.860	57.882.037.484	44.824.637.791	-22,2%	13,9%	10,2%
Judiciária	23.891.529.336	23.012.705.528	22.483.932.032	22.288.985.832	-6,7%	5,8%	5,1%
Administração	16.416.315.665	17.056.830.965	16.931.119.610	19.331.193.569	17,8%	4,0%	4,4%
Transporte	9.450.245.860	10.025.616.319	10.818.286.974	18.039.904.787	90,9%	2,3%	4,1%
Essencial à Justiça	12.073.826.438	11.976.344.309	11.518.122.697	11.346.534.072	-6,0%	2,9%	2,6%
Legislativa	9.125.620.300	9.436.492.183	9.133.562.339	9.331.112.144	2,3%	2,2%	2,1%
Direitos da Cidadania	7.198.164.443	6.846.690.088	6.639.458.752	6.692.817.131	-7,0%	1,7%	1,5%
Assistência Social	2.615.785.006	3.088.676.034	3.466.936.415	4.989.113.340	90,7%	0,6%	1,1%
Urbanismo	2.047.412.911	2.061.481.353	2.478.959.600	4.691.283.841	129,1%	0,5%	1,1%
Agricultura	3.561.720.608	3.358.078.888	3.335.431.747	4.540.220.491	27,5%	0,9%	1,0%
Gestão Ambiental	2.023.736.068	1.809.731.733	1.857.507.665	2.169.619.186	7,2%	0,5%	0,5%
Saneamento	981.438.247	964.920.988	916.434.094	1.677.423.705	70,9%	0,2%	0,4%
Cultura	1.147.545.408	1.010.370.144	1.089.885.367	1.661.594.613	44,8%	0,3%	0,4%
Ciência e Tecnologia	1.847.942.582	1.545.836.995	1.377.023.285	1.579.263.918	-14,5%	0,4%	0,4%
Comércio e Serviços	844.045.255	918.122.838	791.132.205	1.339.647.138	58,7%	0,2%	0,3%
Trabalho	426.367.075	400.805.810	401.302.860	886.658.940	108,0%	0,1%	0,2%
Habituação	512.549.713	502.095.111	469.095.528	875.805.262	70,9%	0,1%	0,2%
Desporto e Lazer	361.156.617	297.017.133	295.938.366	774.500.446	114,5%	0,1%	0,2%
Indústria	518.110.249	269.220.409	293.055.261	684.930.588	32,2%	0,1%	0,2%
Comunicações	324.313.595	464.227.654	555.999.191	415.168.500	28,0%	0,1%	0,1%
Organização Agrária	105.250.674	97.481.497	109.381.127	270.949.402	157,4%	0,0%	0,1%
Energia	31.500.065	43.686.026	55.967.046	128.841.424	309,0%	0,0%	0,0%
Relações Exteriores		248.860	201.795	68.438	N/A	0,0%	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>413.143.295.000</b>	<b>411.504.858.003</b>	<b>413.262.245.557</b>	<b>438.631.811.083</b>	<b>6,2%</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

\* Exclui transferências

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

## 5) Despesas em funções específicas

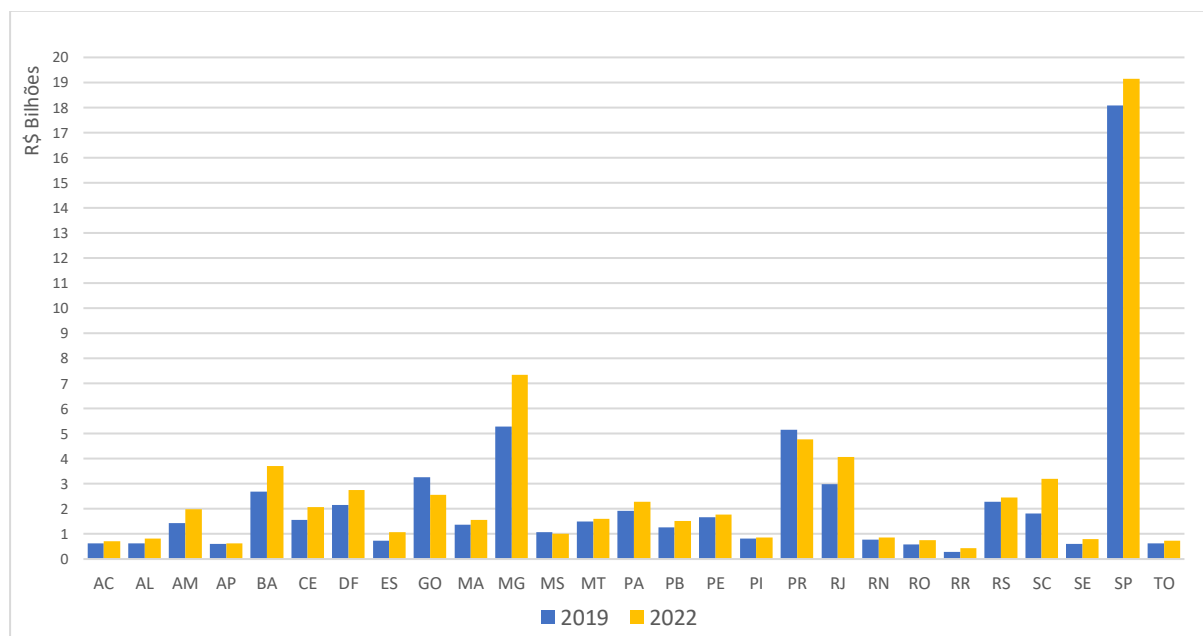
### Educação

Em 2022 as despesas estaduais com educação tiveram um dos maiores aumentos reais dentre as várias funções (24,9% em relação a 2021, 15,7% em relação a 2019). A elevação da arrecadação do ICMS determina em grande parte esse aumento de despesa devido à vinculação de impostos, que por determinação constitucional devem ser aplicados em

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em no mínimo 25% do arrecadado. Além disso, esta área teve redução de despesas em vários estados durante o período mais agudo da pandemia, o que levou inclusive a uma aplicação de recursos inferior a 25% em alguns estados. A [Emenda Constitucional 119/2022](#) permitiu aos estados e municípios que o saldo não aplicado nos anos de 2020 e 2021 seja quitado até 2023, induzindo crescimento dessas despesas em 2022.

O gráfico 7, a seguir, mostra que o aumento de despesas se deu em praticamente todos os estados quando comparamos com os anos de 2021 e 2020 e em vários casos mesmo com 2019.

### Gráfico 7 - Despesas dos estados e do DF com a função educação Primeiro semestre 2019/2022

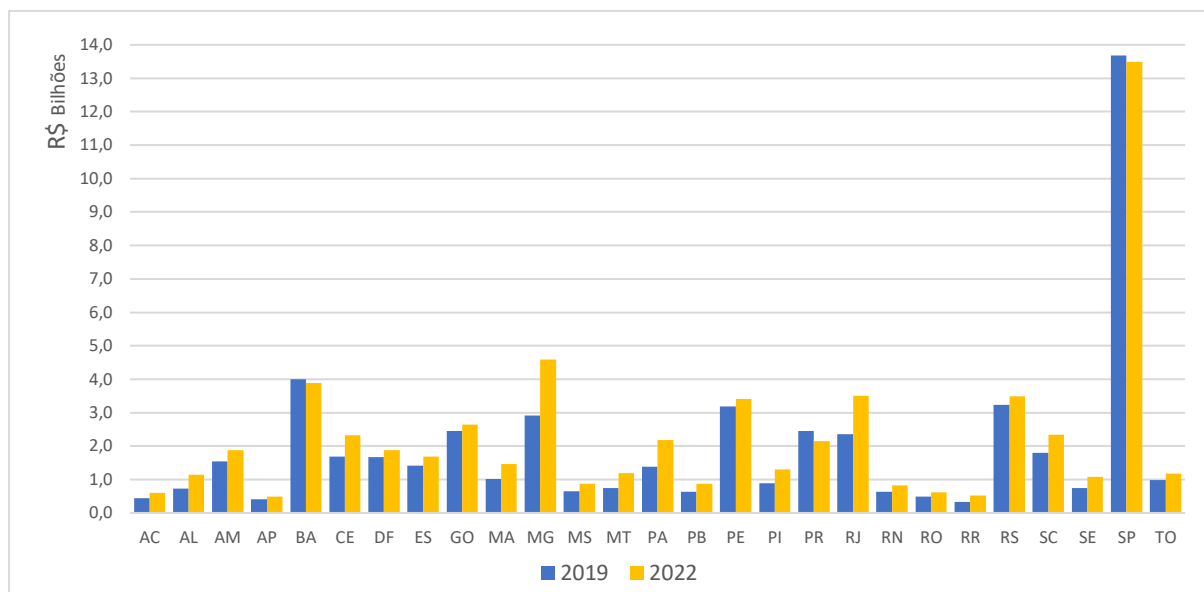


Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

### Saúde

A despesa estadual com saúde é a terceira maior entre as funções. Percebe-se na tabela 4 apresentada anteriormente que seu patamar de gasto aumentou fortemente com a pandemia (17,5% em termos reais em 2022 frente a 2019). O aumento em relação a 2021 foi modesto (0,7%) se comparado a outras funções. No entanto, como já havia ocorrido forte crescimento nos anos anteriores o patamar dessa despesa se manteve em patamar bastante superior ao verificado antes da pandemia. O gráfico 8 permite perceber uma elevação do patamar dessas despesas, entre 2019 e 2022, em praticamente todos os estados.

## Gráfico 8 – Despesas dos estados e do DF com a função saúde Primeiro semestre 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

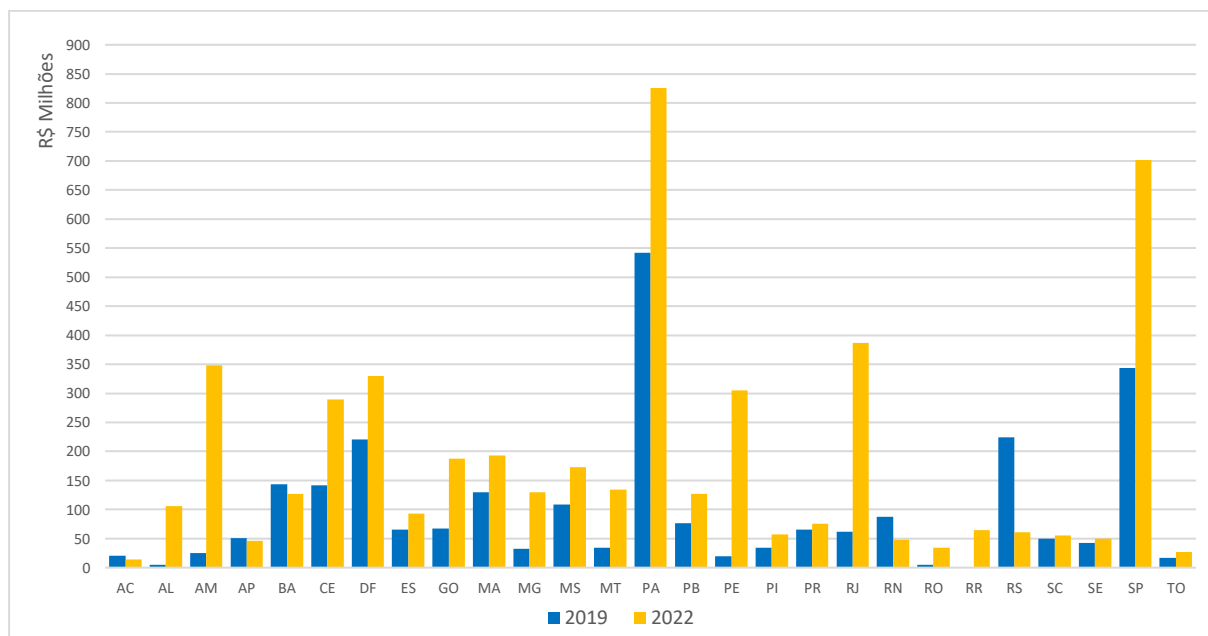
### **Assistência Social**

A função assistência social não tem um peso elevado nos orçamentos estaduais. Em termos de prioridade funcional, ela é apenas a 12ª maior despesa. A execução orçamentária do 1º semestre de 2022 e dos anos anteriores, no entanto, é possível perceber um crescimento importante nessa despesa. Em média o gasto avançou 40% acima da inflação em relação a 2021 e 90,7% em relação a 2019. Como pode ser visto no gráfico 9 a seguir, a maioria das UFs aumenta suas despesas em relação ao patamar anterior. Seis estados reduziram a despesa com assistência social: AC, AP, ES, RN, RS e TO.

Muitos estados provavelmente aumentaram suas despesas com assistência em função da pandemia e em função do aumento da pobreza. Em alguns desses casos houve a decisão de realizar programas de transferências de renda estaduais, no período em que não havia ainda a renovação do auxílio federal, como ocorreu na BA.



## Gráfico 9 - Despesas dos estados e do DF com a função assistência social Primeiro semestre 2019/2022

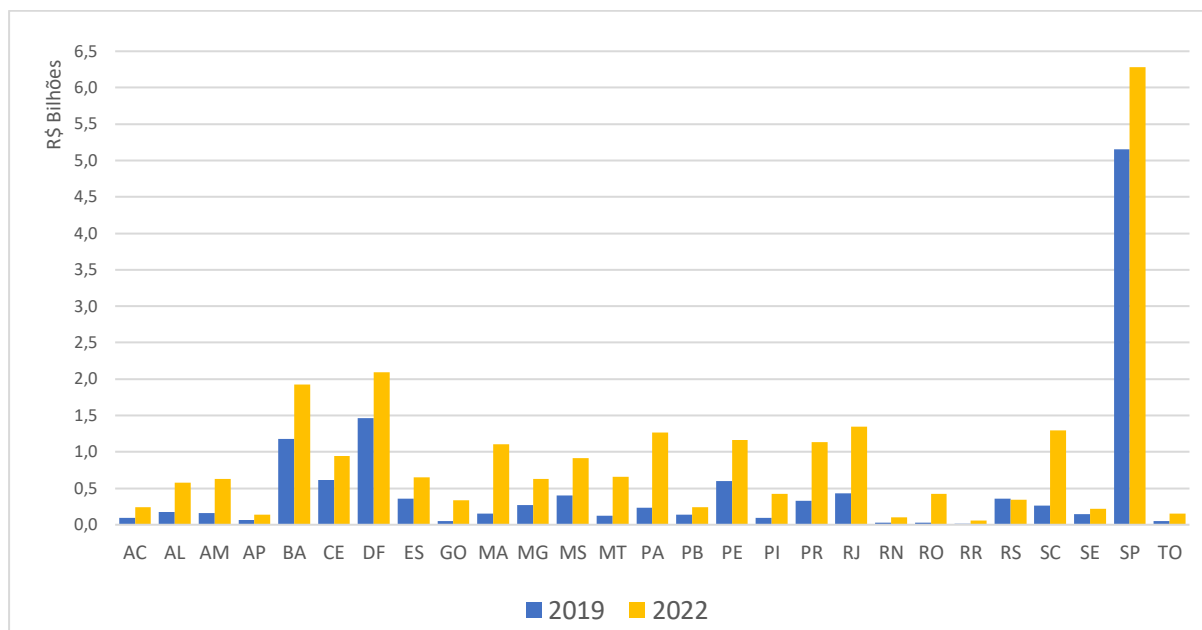


Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

### ***Despesas com infraestrutura: habitação, saneamento, transporte e urbanismo***

As despesas nas áreas de transporte, saneamento, habitação e urbanismo são sobretudo despesas de capital, mais especificamente investimentos, e tiveram em conjunto um aumento de 94,6% entre 2019 e 2022. O gráfico 10 mostra que a maioria das UFs apresentaram crescimento nesse grupo de funções. Como comentado na análise das despesas por categoria econômica, os investimentos dos estados cresceram numa proporção quase invertida à redução de pessoal e estas quatro áreas representam cerca de 80% dos investimentos do período.

### Gráfico 10 – Despesas dos estados e do DF com as funções habitação, saneamento, transporte e urbanismo Primeiro semestre 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

### Segurança Pública

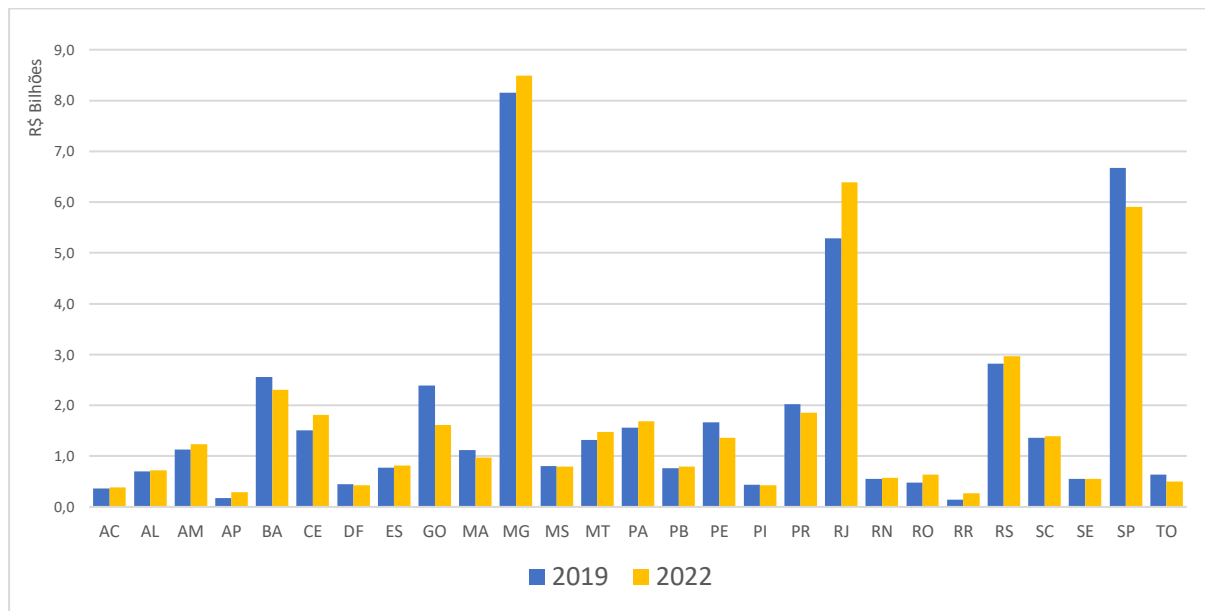
As despesas estaduais com segurança pública têm um dos maiores pesos entre as funções. Os estados são os principais responsáveis pelo financiamento da segurança pública no Brasil (<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/16-anuario-2022-desafios-no-financiamento-da-seguranca-publica-recursos-estagnados-e-reforma-do-icms.pdf>). Essas despesas tiveram um crescimento de 4,9% em termos reais entre o 1º semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2021. Quando se compara o gasto de primeiro semestre entre os anos de 2022 e 2019, entretanto, o aumento foi bem mais discreto, de apenas 0,6%. A partir do gráfico 11 é possível perceber que dez estados reduziram seus gastos em termos reais. Essa variação no comportamento de uma despesa bastante típica e intensiva em mão-de-obra como a despesa com segurança, isto é, pagamento de salários das polícias militar e civil, está provavelmente associada ao congelamento de gastos de pessoal imposto pela LC 173/2020. A partir de janeiro deste ano, alguns estados, como MG<sup>2</sup>, negociaram ajuste de salários na área de segurança pública.

<sup>2</sup> Importante mencionar que o cálculo da despesa com a função segurança neste relatório difere daquele publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, pois aqui são consideradas as despesas declaradas pelo ente ao Siconfi, sem as despesas intra-orçamentárias. No Anuário são consideradas as despesas intra-orçamentárias e é feito um ajuste na despesa do estado de Minas Gerais para retirada do valor de aposentadorias, contabilizado pelo estado na função segurança pública.

O tamanho do ajuste, além da ocorrência ou não de novas contratações e de aposentadorias influencia muito no tamanho dessa despesa.

### Gráfico 11 - Despesas dos estados e do DF com a função segurança pública

Primeiro semestre 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Dados atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

### **Previdência Social**

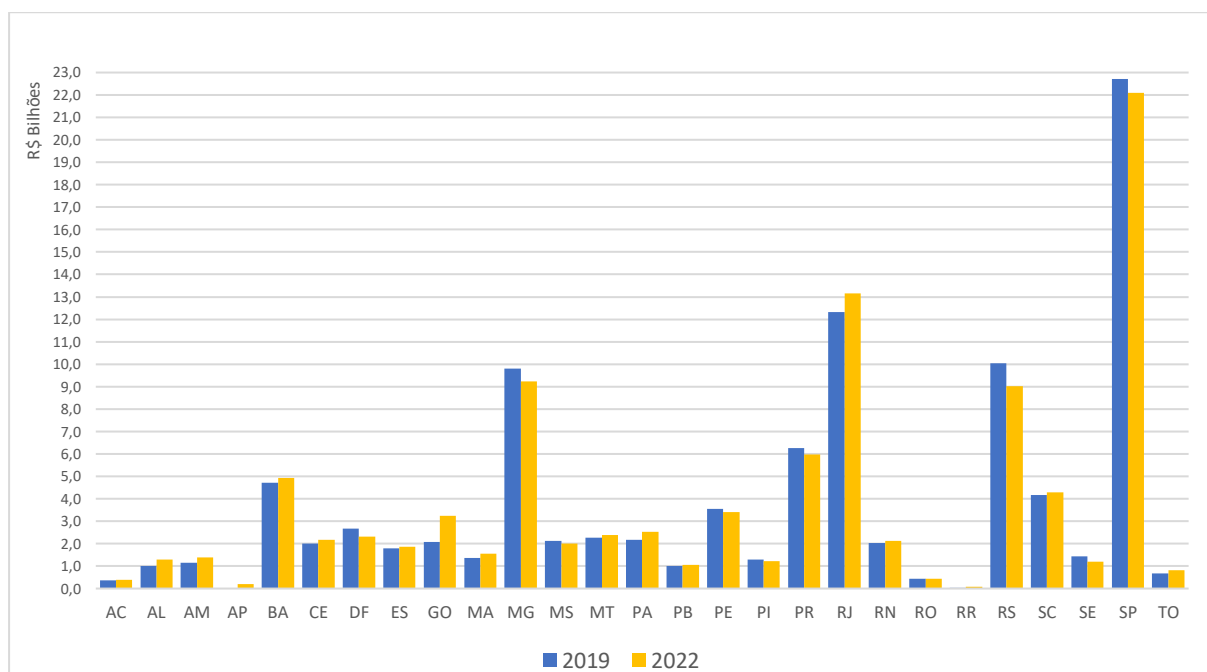
A função previdência social é a que possui maior peso nos orçamentos dos estados. São cerca de 100 bilhões de reais a cada semestre nos últimos quatro anos, como mostra a tabela 4. A reforma da previdência aprovada em 2019 no Congresso Nacional criou a obrigatoriedade de que todos os estados aprovassem suas reformas previdenciárias no âmbito das assembleias legislativas até 31 de julho de 2020. Esse processo foi feito por todos os estados nos últimos anos.

Apesar do destaque na mídia e da grande repercussão da questão previdenciária estadual, os últimos anos mostram uma redução da participação dessas despesas no total da despesa nos estados, apesar de pequena elevação em seu valor absoluto. Essa redução da participação no total da despesa não se deu, no entanto, por mudanças estruturais a partir das reformas previdenciárias estaduais aprovadas. Esse tipo de impacto envolve algum tempo para repercutir em termos de redução da despesa dos institutos previdenciários estaduais. A redução ocorreu, muito provavelmente, pelo mesmo motivo da redução das despesas de pessoal, isto é, um reflexo do congelamento imposto pela LC 173/2020, que freou também os reajustes aos inativos.

Essa circunstância, associada ao quadro inflacionário leva a uma perda real de valor das aposentadorias. O gráfico 12 apresenta um

comportamento heterogêneo dos estados, com aumentos e reduções. Alguns estados de grande peso na despesa total como MG, PR, RS e SP tiveram reduções e outros também de volumosa despesa como RJ, BA PE e SC tiveram aumentos, o que levou a um leve aumento do valor executado no 1º semestre de 2022, mas a uma redução da participação da função no total gasto pelos estados.

### Gráfico 12 - Despesas dos estados e do DF com a função previdência social - Primeiro semestre 2019/2022



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

## 6) Conclusões e Recomendações

O cenário fiscal dos estados e do DF no primeiro semestre de 2022, às vésperas da eleição e de novos governos estaduais apresenta-se mais favorável do que o de 2018, quando os estados tentavam se recuperar da crise econômica de 2015/2017 com pressão de despesas de pessoal e encargos. A inflação é em parte responsável por esse cenário fiscal positivo, que pode ter alterações importantes a partir de 2023 com a mudança estrutural do ICMS e a pressão pela recomposição de salários dos servidores públicos estaduais.

Os estados ampliaram investimentos em 2021 e neste primeiro semestre de 2022, mas esse volume é ainda pequeno como proporção da receita total e insuficiente diante do enorme déficit de recursos dos últimos anos. O alinhamento estratégico entre setores e a coordenação federal e com as diferentes UFs poderiam ampliar os resultados alcançados a partir dessas despesas. O planejamento estratégico das despesas dos estados é fundamental neste momento de crise social e política pelo qual passa o país e para isso é fundamental reconstruir a capacidade dos núcleos político e

de gestores e burocratas, com capacidade para formulação e implementação de projetos e ações.

Para que isso seja possível no médio prazo, diante das incertezas políticas e econômicas que enfrentamos no cenário nacional e internacional, é urgente:

- Reconstrução de coordenação federativa efetiva e retomada das propostas de reforma tributária (especialmente dos tributos indiretos), para produzir um cenário com previsibilidade para as receitas estaduais. Monitoramento dos impactos da redução de alíquotas do ICMS, principalmente em relação às despesas com saúde e educação.
- Manutenção do patamar de investimentos estaduais e coordenação com investimentos federais para alcançar meta de investimentos públicos mínimos para impulsionar a economia.
- Diálogo aberto e participativo envolvendo planejamento conjunto dos governos federal, estaduais e municipais e sociedade civil.
- Atenção às despesas de pessoal: recomposição de quadros defasados de funcionários e reajustes salariais.
- Transparência em relação aos gastos estaduais de previdência social.

EXPEDIENTE: EQUIPE RESPONSÁVEL PELA NOTA TÉCNICA

URSULA PERES é administradora Pública, mestre e doutora em Economia – EESP/FGV, professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP, pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp), onde coordena projetos sobre orçamento público e financiamento de políticas públicas, e da e da Rede de Pesquisa Solidária.

FÁBIO PEREIRA é cientista social, mestre e doutor em Administração Pública pela FGV/SP, técnico na Câmara Municipal de São Paulo e pesquisador associado ao CEM/USP e Pesquisador da Rede de Pesquisa Solidária



**Anexos****1 Receitas dos estados e DF: ICMS – primeiro semestre 2019/2022**

R\$ mil

UF	2019	2020	2021	2022	Var % 22/19	Var % 22/21
SP	88.231	81.812	96.729	100.964	14,4%	4,4%
MG	31.243	28.736	34.549	36.116	15,6%	4,5%
RJ	22.871	20.958	24.868	26.213	14,6%	5,4%
RS	21.005	20.087	23.713	22.614	7,7%	-4,6%
PR	18.595	17.303	20.376	21.802	17,3%	7,0%
SC	14.547	13.339	15.785	18.520	27,3%	17,3%
BA	14.637	13.607	16.305	16.913	15,6%	3,7%
GO	10.154	9.734	11.902	12.532	23,4%	5,3%
PE	10.077	9.188	10.808	10.554	4,7%	-2,3%
PA	7.030	7.214	8.609	10.203	45,2%	18,5%
MT	6.097	6.749	8.737	9.906	62,5%	13,4%
ES	7.004	6.550	7.687	8.590	22,6%	11,7%
CE	7.629	6.723	8.060	8.490	11,3%	5,3%
MS	5.319	5.673	6.680	6.796	27,8%	1,7%
AM	5.801	5.922	6.694	6.639	14,5%	-0,8%
MA	4.678	4.426	5.105	5.586	19,4%	9,4%
DF	4.928	4.822	5.157	5.245	6,4%	1,7%
PB	3.573	3.355	3.866	3.938	10,2%	1,9%
RN	3.507	3.142	3.513	3.575	1,9%	1,8%
AL	2.692	2.534	3.061	3.202	18,9%	4,6%
RO	2.354	2.336	2.873	3.100	31,7%	7,9%
PI	2.617	2.498	2.929	2.906	11,0%	-0,8%
SE	2.120	1.927	2.239	2.369	11,7%	5,8%
TO	1.773	1.741	2.058	2.218	25,1%	7,8%
AC	796	724	954	894	12,3%	-6,3%
RR	654	682	810	841	28,6%	3,9%
AP	534	510	661	659	23,5%	-0,3%
<b>Total</b>	<b>300.467</b>	<b>282.290</b>	<b>334.730</b>	<b>351.387</b>	<b>16,9%</b>	<b>5,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

**2 Receitas dos estados e DF: FPE – primeiro semestre 2019/2022**

R\$ mil

UF	2019	2020	2021	2022	Var % 22/19	Var % 22/21
BA	6.018	5.503	6.593	7.412	23,2%	12,4%
MA	4.636	4.237	5.227	5.740	23,8%	9,8%
CE	4.693	4.290	5.121	5.673	20,9%	10,8%
PE	4.433	4.048	4.854	5.529	24,7%	13,9%
PA	3.961	3.597	4.378	4.977	25,6%	13,7%
PB	3.060	2.805	3.368	3.830	25,2%	13,7%
MG	2.893	2.633	3.223	3.722	28,7%	15,5%
PI	2.793	2.544	3.082	3.505	25,5%	13,7%
AL	2.717	2.467	3.020	3.451	27,0%	14,3%
TO	2.763	2.521	3.005	3.322	20,2%	10,6%
RN	2.696	2.453	2.934	3.262	21,0%	11,2%
SE	2.669	2.434	2.912	3.239	21,4%	11,2%
AP	2.203	2.022	2.473	2.860	29,8%	15,6%
AC	2.235	2.022	2.476	2.851	27,6%	15,2%
AM	1.866	1.697	2.147	2.600	39,4%	21,1%
GO	1.828	1.677	2.072	2.419	32,4%	16,8%
PR	1.836	1.677	2.022	2.341	27,5%	15,8%
RO	1.837	1.657	2.015	2.255	22,8%	11,9%
RR	1.622	1.457	1.847	2.238	37,9%	21,1%
MT	1.478	1.346	1.620	1.798	21,7%	11,0%
RS	1.472	1.364	1.580	1.725	17,2%	9,2%
ES	1.005	908	1.100	1.349	34,3%	22,6%
RJ	1.045	913	1.063	1.298	24,2%	22,1%
MS	874	789	962	1.096	25,4%	14,0%
SC	816	755	905	1.084	32,8%	19,8%
SP	640	579	697	848	32,6%	21,7%
DF	444	405	488	664	49,6%	36,2%
<b>Total</b>	<b>64.533</b>	<b>58.802</b>	<b>71.181</b>	<b>81.090</b>	<b>25,7%</b>	<b>13,9%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

## Despesas dos estados e do DF por função - primeiro semestre 2019-2022

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório RREO do Siconfi. Valores atualizados pelo IPCA para junho de 2022.

### 3 Assistência Social

UF	2019	2020	2021	2022
AC	20.377.047	17.231.866	16.982.574	13.719.234
AL	5.287.011	26.342.576	23.704.742	105.710.680
AM	25.467.550	65.366.689	158.669.335	348.475.523
AP	50.876.991	31.297.097	49.274.896	46.031.969
BA	143.535.398	139.174.412	118.512.653	127.365.538
CE	141.972.086	133.200.006	198.191.133	289.960.255
DF	220.905.631	268.563.398	292.429.759	329.913.802
ES	65.638.127	86.396.350	123.785.425	93.010.387
GO	67.597.507	87.285.097	84.689.903	187.568.399
MA	129.638.179	110.817.514	160.406.420	192.658.662
MG	32.235.742	82.168.950	66.396.432	129.373.607
MS	108.372.282	106.383.901	84.322.041	173.240.522
MT	34.356.617	53.604.624	87.650.774	134.618.407
PA	542.106.793	607.091.423	811.357.380	825.345.702
PB	76.805.899	88.155.194	90.285.623	126.996.676
PE	19.144.010	226.575.842	198.744.483	304.750.937
PI	33.893.091	34.853.595	29.074.590	57.084.160
PR	65.108.774	58.604.732	50.175.448	75.194.125
RJ	61.985.624	93.851.553	182.173.961	386.587.257
RN	87.771.044	61.584.038	52.861.175	48.406.207
RO	4.997.051	9.972.152	29.099.916	34.438.699
RR	15.031	628.955	11.618.516	64.244.342
RS	224.253.467	64.224.006	73.742.554	60.989.415
SC	50.067.819	36.168.079	46.379.767	55.208.499
SE	42.331.040	40.083.496	40.166.979	49.519.430
SP	344.128.805	519.913.132	356.492.616	702.108.491
TO	16.916.389	39.137.356	29.747.318	26.592.413
<b>Total</b>	<b>2.615.785.006</b>	<b>3.088.676.034</b>	<b>3.466.936.415</b>	<b>4.989.113.340</b>



**4 Educação**

<b>UF</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
AC	628.442.706	653.157.894	640.246.765	710.646.087
AL	615.066.541	590.961.623	353.924.710	814.434.290
AM	1.438.630.696	1.345.861.930	1.276.672.048	1.982.962.863
AP	610.714.862	635.469.625	554.686.574	633.940.573
BA	2.684.231.323	2.707.306.348	2.536.377.620	3.703.218.480
CE	1.565.938.873	1.501.204.911	1.588.238.844	2.064.992.143
DF	2.159.234.362	2.531.253.739	2.488.955.976	2.761.815.429
ES	725.505.363	669.914.701	838.117.187	1.075.115.342
GO	3.258.861.072	1.814.418.122	1.811.743.610	2.563.073.932
MA	1.379.891.266	1.413.748.476	1.363.292.377	1.561.202.833
MG	5.289.946.389	4.680.842.879	4.889.398.806	7.355.073.170
MS	1.062.027.945	887.791.571	922.134.182	1.012.455.930
MT	1.493.190.547	1.448.188.109	1.409.384.756	1.613.567.521
PA	1.917.757.275	1.975.163.213	1.935.943.077	2.288.916.586
PB	1.262.718.606	1.211.036.144	1.175.311.402	1.516.275.544
PE	1.662.566.837	1.582.854.332	1.519.950.719	1.775.497.073
PI	817.521.646	683.981.115	712.437.044	868.943.011
PR	5.155.999.535	5.188.817.493	4.555.213.938	4.772.452.082
RJ	2.990.525.169	2.877.793.333	3.055.993.193	4.061.148.063
RN	776.884.485	728.260.980	810.457.160	855.459.435
RO	584.171.987	591.352.724	512.504.882	745.798.318
RR	287.581.228	360.206.500	312.366.251	442.473.170
RS	2.284.270.990	2.202.843.514	1.975.909.538	2.452.488.309
SC	1.820.600.831	1.811.856.297	1.986.270.467	3.194.311.650
SE	594.159.105	521.473.641	488.155.214	787.591.429
SP	18.078.276.043	16.588.070.977	16.929.722.089	19.139.840.005
TO	634.931.592	615.734.267	581.938.295	740.950.589
<b>Total</b>	<b>61.779.647.274</b>	<b>57.819.564.456</b>	<b>57.225.346.724</b>	<b>71.494.643.856</b>

**5 Previdência Social**

<b>UF</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
AC	369.136.673	373.621.211	391.557.858	378.490.341
AL	996.037.298	1.175.375.649	1.229.759.616	1.299.836.470
AM	1.146.730.248	984.302.520	1.364.194.280	1.388.935.983
AP	3.817.297	118.754.124	143.969.623	189.340.183
BA	4.722.693.284	4.951.160.614	4.890.230.008	4.937.990.695
CE	2.008.025.436	2.061.586.956	2.128.223.197	2.164.445.515
DF	2.679.420.252	2.560.274.570	2.566.766.292	2.320.962.567
ES	1.801.334.073	1.609.538.267	1.820.320.318	1.873.650.118
GO	2.078.601.448	3.340.964.752	3.246.919.410	3.247.876.172
MA	1.364.850.783	1.038.196.649	1.524.906.230	1.557.619.747
MG	9.813.949.222	9.819.725.913	9.379.940.175	9.226.096.131
MS	2.118.395.055	2.341.236.498	2.075.000.649	1.999.117.133
MT	2.262.854.846	2.657.012.580	2.382.371.376	2.377.988.446
PA	2.173.148.473	2.514.854.941	2.318.111.280	2.530.563.918
PB	1.007.055.059	1.067.274.758	1.027.939.948	1.044.555.747
PE	3.562.844.424	3.757.056.098	3.503.134.112	3.419.423.162
PI	1.296.146.401	1.322.784.252	1.200.976.232	1.220.988.298
PR	6.252.570.841	6.642.686.638	6.311.961.225	5.980.081.424
RJ	12.317.414.642	14.186.714.409	13.358.126.873	13.146.074.598
RN	2.020.409.019	1.865.399.478	2.202.426.409	2.114.777.803
RO	437.032.604	414.341.252	419.542.696	442.102.668
RR	36.881.242	44.120.155	63.495.465	83.092.725
RS	10.035.257.295	10.231.550.576	9.473.668.310	9.027.272.005
SC	4.162.394.831	4.236.672.368	4.065.644.701	4.296.765.101
SE	1.437.732.403	1.378.330.571	1.110.465.969	1.207.284.536
SP	22.709.066.295	23.364.281.629	18.545.368.258	22.083.042.079
TO	676.595.728	777.759.856	796.223.103	807.398.732
<b>TOTAL</b>	<b>99.490.395.173</b>	<b>104.835.577.281</b>	<b>97.541.243.613</b>	<b>100.365.772.294</b>

**6 Saúde**

<b>UF</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
AC	447.944.318	530.100.774	586.715.253	593.699.536
AL	725.171.039	773.956.118	995.786.910	1.141.183.501
AM	1.534.327.619	1.878.485.944	1.941.960.739	1.871.580.668
AP	408.928.425	407.507.360	286.669.478	481.055.123
BA	4.003.339.149	4.282.998.952	4.153.809.695	3.894.539.375
CE	1.690.357.086	2.174.450.273	2.041.491.198	2.329.517.195
DF	1.672.730.788	1.785.403.567	2.035.741.776	1.880.523.126
ES	1.406.485.639	1.703.336.195	1.823.924.556	1.685.733.455
GO	2.448.668.134	2.436.890.266	2.608.185.958	2.646.240.869
MA	1.008.912.993	1.272.036.132	1.499.594.803	1.469.659.163
MG	2.911.604.030	3.640.785.220	3.966.626.112	4.586.803.135
MS	655.570.533	794.846.136	738.545.158	871.103.366
MT	738.995.463	825.244.184	1.031.113.165	1.190.833.313
PA	1.374.856.892	1.976.871.279	2.134.338.182	2.183.914.514
PB	627.069.452	792.831.884	915.323.209	867.799.585
PE	3.177.319.887	3.754.474.632	3.723.587.530	3.415.966.593
PI	887.479.462	1.034.187.762	1.106.656.960	1.310.211.272
PR	2.443.427.787	2.613.386.569	2.420.543.277	2.149.278.946
RJ	2.362.345.305	2.780.188.567	2.829.460.584	3.502.736.357
RN	630.651.209	732.787.530	796.142.168	822.031.050
RO	489.593.281	554.354.058	624.265.791	612.322.966
RR	332.852.505	305.223.805	481.241.415	524.300.084
RS	3.235.491.477	3.727.329.302	3.816.927.788	3.494.637.930
SC	1.791.393.996	1.992.014.399	2.362.310.905	2.340.807.623
SE	750.845.743	902.901.620	971.450.993	1.071.380.544
SP	13.677.097.295	16.199.022.620	14.198.543.334	13.493.891.207
TO	987.228.458	1.033.611.628	1.068.999.616	1.167.377.406
<b>TOTAL</b>	<b>52.420.687.966</b>	<b>60.905.226.774</b>	<b>61.159.956.550</b>	<b>61.599.127.903</b>

**7 Segurança Pública**

<b>UF</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
AC	361.265.871	257.003.065	272.184.335	387.087.469
AL	695.831.815	837.586.112	672.580.586	714.779.039
AM	1.130.659.984	1.223.980.012	1.238.858.867	1.238.758.190
AP	169.602.615	361.731.364	311.753.308	287.699.262
BA	2.552.622.634	2.379.462.710	2.247.992.412	2.301.711.867
CE	1.507.578.588	1.642.858.708	1.660.736.481	1.809.052.636
DF	450.902.475	522.055.924	453.104.004	427.677.219
ES	775.652.408	782.198.301	736.615.328	813.353.476
GO	2.392.002.832	1.884.556.314	1.688.161.661	1.607.950.892
MA	1.115.578.962	939.228.779	1.013.225.412	973.446.500
MG	8.148.346.107	7.915.599.757	8.071.625.783	8.490.587.157
MS	807.654.738	712.648.051	701.746.644	797.744.211
MT	1.320.268.808	1.436.478.288	1.436.195.969	1.472.721.752
PA	1.563.195.707	1.578.281.521	1.565.414.003	1.689.750.016
PB	758.872.936	782.536.045	732.963.055	788.857.292
PE	1.663.224.505	1.604.923.378	1.446.289.638	1.357.666.403
PI	440.049.889	421.436.960	418.802.604	426.843.393
PR	2.019.924.948	1.934.382.265	1.755.910.320	1.851.947.755
RJ	5.284.898.528	5.257.049.272	5.167.468.521	6.390.123.386
RN	548.004.625	537.056.918	574.782.773	575.021.892
RO	473.542.089	501.707.443	529.850.697	636.865.313
RR	144.183.480	219.956.150	259.221.511	266.516.845
RS	2.819.005.740	3.136.088.390	2.908.176.342	2.968.648.700
SC	1.358.544.518	1.360.665.694	1.360.567.914	1.389.053.329
SE	552.499.008	525.054.702	801.393.440	552.171.378
SP	6.674.096.225	6.573.777.348	5.885.647.937	5.911.521.424
TO	638.997.325	642.057.296	523.657.686	504.435.677
<b>TOTAL</b>	<b>46.367.007.360</b>	<b>45.970.360.767</b>	<b>44.434.927.231</b>	<b>46.631.992.472</b>